

Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado

Regulamento da PAP

(Prova de Aptidão Profissional)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Prova de Aptidão Profissional (PAP)

Artigo 1.º

Âmbito e Enquadramento da PAP

1. A prova de aptidão profissional (PAP) consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apresentação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais, adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do aluno.
2. O projeto a que se refere o número anterior centra-se em temas e problemas perspetivados e desenvolvidos pelo aluno em estreita ligação com os contextos de trabalho e realiza-se sob a orientação e acompanhamento de um ou mais professores.
3. Tendo em conta a natureza do projeto poderá o mesmo ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual e específica de cada um dos membros da equipa.
4. A Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto estabelece no seu ponto 1 do artigo 29.º que a “A PAP, de acordo com o previsto na subalínea v) da alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto – Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, integra a avaliação externa”.

Artigo 2.º

Concretização do projeto da prova de aptidão profissional

1. A concretização do projeto compreende três momentos essenciais:
 - a) Conceção do projeto (planificação e aprovação da proposta de anteprojecto);
 - b) Desenvolvimento do projeto devidamente faseado (desenvolvimento do projeto e do relatório);
 - c) Autoavaliação e elaboração do relatório final (apresentação e defesa da PAP).
2. O relatório final integra, nomeadamente:
 - a) A fundamentação da escolha do projeto;
 - b) As realizações e os documentos ilustrativos da concretização do projeto;
 - c) A análise crítica global da execução do projeto, considerando as principais dificuldades e obstáculos encontrados e as formas encontradas para os superar;
 - d) Os anexos, designadamente os registos de autoavaliação das diferentes fases do projeto e das avaliações intermédias do professor ou professores orientadores.

3. As datas para a conceção, desenvolvimento e avaliação do projeto serão definidas anualmente no calendário escolar do agrupamento, aprovado em Conselho Pedagógico.

Artigo 3º

Conceção do Projeto da PAP

1. O aluno, sempre apoiado por um ou mais professores, concebe um plano estruturado da seguinte forma:
 - a) Identificação do aluno formando e do curso;
 - b) Identificação do tema/problema do projeto e dos interesses/objetivos do formando;
 - c) Revisão de conhecimentos e procura de informação relativa ao tema/problema;
 - d) Apresentação de proposta de projeto da PAP;
 - e) Recursos materiais e orçamento previsto para a concretização do projeto;
 - f) Cronograma das etapas a percorrer e do respetivo tempo de duração e datas da apresentação dos relatórios intermédios;
 - g) Parecer favorável do professor acompanhante nomeado em função da especificidade do Projeto;
 - h) Definição das tarefas de pesquisa (o que deve ser investigado e como fazê-lo);
 - i) Recolha de dados - questionários, entrevistas, observações, leituras.
 - j) Tratamento dos dados e elaboração de conclusões;
 - k) Redação do relatório constituinte do projeto;
 - l) Defesa do projeto perante um júri de avaliação.
2. A proposta de projeto da PAP deve ser apresentada ao professor acompanhante até final do mês de novembro, em que o aluno realiza o 3.º ano de formação e dela devem constar:
 - a) O tema do projeto;
 - b) Os objetivos do projeto;
 - c) O plano de desenvolvimento do projeto;
 - d) Recursos.
3. São critérios fundamentais na avaliação das propostas de projetos da PAP, a relevância e a exequibilidade.
4. O projeto conducente à PAP deve iniciar-se formalmente no 1.º período do 3.º ano e deverá estar concluído na 1.ª quinzena de junho, desse ano letivo.
5. Todos os documentos são presentes ao júri até oito dias, úteis, antes da data de realização da prova.

Artigo 4.º

Estrutura do Relatório da PAP

1. Na capa deve constar: nome da escola, curso, ano, título do projeto e identificação do autor e data.
2. Na contracapa deve constar: título/subtítulo do projeto, identificação do professor orientador.
3. O conteúdo poderá ser organizado do seguinte modo:
 - a) Índice;
 - b) Introdução;
 - c) Apresentação do projeto - motivações, objetivos, dados e análises;
 - d) Conclusões;
 - e) Indicação de fontes de consulta (bibliografia).
4. Os alunos formandos terão de entregar 4 exemplares do relatório: um para a escola, um para o professor acompanhante, um para o diretor do curso e um para o júri.

Artigo 5.º

Competências do Professor Orientador

1. Os professores orientadores e acompanhantes do projeto conducente à PAP são designados pelo Diretor do Agrupamento de entre os professores que lecionam as disciplinas da componente de formação técnica.
2. Aos professores orientadores e acompanhantes da PAP compete, em especial:
 - a) Orientar o aluno na escolha do projeto a desenvolver, na sua realização e na redação do relatório final;
 - b) Informar os alunos sobre os critérios de avaliação;
 - c) Decidir se o projeto e o relatório podem ser apresentados ao júri;
 - d) Orientar o aluno na preparação da apresentação da PAP;
 - e) Lançar a classificação na respetiva pauta;
 - f) Elaborar um relatório intermédio e, no final do projeto, um parecer escrito, onde constem todas as informações consideradas pertinentes para a avaliação;
 - g) Recolher e registar todos elementos de avaliação ao longo das diferentes fases do projeto, realizando uma avaliação contínua eminentemente formativa;
 - h) Manter o diretor de curso devidamente informado do desenvolvimento do projeto.
3. Para cada projeto, é designado um ou mais professor(es), a quem cabe a tarefa de orientar diretamente o formando no seu desenvolvimento, supervisionado pelo diretor de curso.
4. O aluno e os professores envolvidos devem estabelecer um calendário, para que, de modo regular e contínuo, estudem e analisem as estratégias, recursos e atividades necessárias ou recomendáveis ao correto desenvolvimento do projeto.
5. O projeto conclui-se com a organização de um relatório a entregar ao professor orientador.

6. O Diretor de Curso, em colaboração com o Diretor do Agrupamento e com os demais órgãos estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, designadamente o diretor de turma, assegura a articulação entre os professores das várias disciplinas, de modo a que sejam cumpridos, de acordo com a calendarização estabelecida, todos os procedimentos necessários à realização da PAP.

7. A PAP terá a duração mínima de 15 minutos e máxima de 50 minutos e realiza-se de acordo com calendário a definir pela escola, após a realização do estágio.

8. O aluno deve entregar os elementos a defender na PAP ao Professor orientador, 20 dias antes da sua realização.

Artigo 6.º

Competências e Direitos do Aluno

1. Usufruir de um acompanhamento efetivo durante o desenvolvimento da PAP.
2. Ser ajudado pelos Professores Orientadores, pelo Diretor de Curso e pelo Conselho de Turma durante a realização da PAP.
3. Ver reconhecido e valorizado o mérito, a dedicação e o esforço no desenvolvimento da PAP.
4. Cumprir, no que lhe compete, a calendarização estipulada no artigo 3.º, para a consecução do projeto.
5. Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito da PAP.
6. Utilizar linguagem adequada, quer a nível da expressão escrita e científica, quer a nível de expressão oral.
7. Considerar as sugestões emanadas pelos Professores Orientadores e pelo Diretor de Curso.
8. Respeitar a opinião de todos os intervenientes.

Artigo 7.º

Competências do Diretor de Curso

1. O diretor de curso, em colaboração com o órgão competente de direção ou gestão da escola e com os demais órgãos e estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, designadamente o diretor de turma assegura a articulação entre os professores das várias disciplinas, de modo a que sejam cumpridos, de acordo com a calendarização estabelecida, todos os procedimentos necessários à realização da PAP, competindo-lhe ainda propor para aprovação do conselho pedagógico ou equivalente os critérios de

avaliação da PAP e datas de apresentação, depois de ouvidos os professores das disciplinas da componente de formação técnica.

2. Sem prejuízo dos números anteriores, o órgão competente de direção ou gestão da escola, em colaboração com os órgãos e estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, é responsável pelo planeamento necessário à realização da PAP.

Artigo 8.º

Júri da prova de aptidão profissional

1. Quando o diretor de curso e o professor acompanhante considerarem que o relatório e o produto final do projeto têm a qualidade exigida, informarão o diretor do agrupamento para que este convoque o júri de avaliação, para os mesmos serem objeto de defesa pública.

2. Os alunos poderão apresentar os seus trabalhos a partir de exposições orais que deverão ter a duração mínima de 15 minutos e a duração máxima de 50 minutos, podendo ilustrá-las com meios audiovisuais.

3. O diretor de curso mobilizará os diversos elementos do Júri da PAP e estabelecerá o respetivo calendário da defesa das mesmas.

4. Sempre que a natureza dos relatórios apresentados exija uma avaliação que pressuponha o desempenho concreto de uma tarefa, compete ao júri a definição da metodologia a aplicar para a referida avaliação.

5. O calendário é definido anualmente e aprovado em conselho pedagógico sob proposta dos diretores de curso e afixado até ao dia 1 do mês de junho.

6. Haverá duas épocas para defesa da PAP:

- 1.ª Época – julho

- 2.ª Época – setembro

A não comparência do aluno à PAP será, obrigatoriamente, justificada num prazo não superior a três dias. Se a justificação cumprir o estipulado para as faltas justificadas no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, haverá lugar a marcação de uma segunda data para o efeito, de acordo com as possibilidades da escola e dos elementos do júri de avaliação.

7. Os alunos que entregarem o relatório após a data limite prevista ou que faltarem injustificadamente à sua defesa, só poderão apresentar a defesa da sua PAP na 2.ª época ou no ano letivo seguinte.

8. O júri de avaliação da PAP é designado pela Direção da Escola e terá a seguinte composição:

- a) O Diretor Pedagógico da escola, que preside;
- b) O Diretor ou Coordenador do Departamento ou Estrutura Pedagógica Intermédia Competente;

- c) O Diretor do Curso;
- d) O Orientador Educativo da turma ou Diretor de Turma;
- e) Um Professor Orientador do projeto;
- f) Um Representante das associações empresariais ou das empresas de setores afins ao curso;
- g) Um Representante das associações sindicais dos setores de atividade afins ao curso;
- h) Uma personalidade de reconhecido mérito na área de formação profissional ou dos setores de atividade afins ao curso.

9.O júri de avaliação para deliberar necessita da presença de, pelo menos, quatro elementos, estando entre eles, obrigatoriamente, um dos elementos a que se referem as alíneas a) a d) e dois dos elementos a que se referem as alíneas f) a h) do número anterior, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate nas votações.

10. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente é substituído pelo seu substituto legal nos termos regimentais próprios, ou, na impossibilidade deste, e pela ordem enunciada, por um dos professores a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 1, ou, ainda, no impedimento destes, por um professor a designar de entre os professores com competência técnica de acordo com o curso visado.

Artigo 9.º

Assiduidade e incumprimento

1. Os alunos formandos que entregarem o projeto após a data estabelecida para entrega, só poderão realizar a PAP no ano seguinte.
2. O aluno formando que, por razão justificada, não compareça à PAP deve apresentar, no prazo de dois dias úteis a contar da data da realização da prova, a respetiva justificação ao órgão de direção da escola, podendo aquela ser entregue através do encarregado de educação.
3. No caso de ser aceite a justificação, o diretor de curso/presidente do júri marca a data de realização da nova prova.
4. A não justificação ou a injustificação da falta à prova, bem como a falta à nova prova, determina sempre a impossibilidade de realizar a PAP nesse ano escolar, só a podendo realizar no ano letivo seguinte
5. Caso haja discordância com a classificação obtida na PAP, os Encarregados de Educação, ou os alunos quando maiores, podem reclamar, fundamentadamente, para o Diretor no prazo máximo de 5 dias úteis.

6. Compete ao Órgão de Gestão ou Diretor aceitar e dar seguimento ou rejeitar a reclamação caso não esteja devidamente fundamentada.
7. No caso de a reclamação ser aceite, o Diretor, convoca o Júri da PAP que se reunirá para tomar conhecimento da fundamentação do recurso e dar uma resposta ao mesmo.
8. Compete ao Diretor dar conhecimento ao aluno, no prazo de dez dias úteis, das decisões tomadas pelo Júri.

Artigo 10.º

Avaliação

1. A avaliação é contínua e formativa ao longo do desenvolvimento do projeto conducente à PAP, sendo a etapa final do projeto (PAP) decisiva, representando a síntese quantitativa dos resultados alcançados.
2. O aluno formando não poderá fazer a apresentação do projeto, sem ter concluído com aproveitamento a totalidade dos módulos que compõem a estrutura curricular do curso e completado a FCT com avaliação positiva.
3. Sempre que a natureza dos relatórios apresentados exija uma avaliação que pressuponha o desempenho concreto de uma tarefa, compete ao júri a definição da metodologia a aplicar para a referida avaliação.
4. A classificação da PAP é expressa na escala de 0 a 20 valores.
5. Na apreciação final do projeto, o júri deverá ponderar a avaliação, tendo em conta os seguintes critérios:
 - a) Projeto (cumprimento do cronograma - 15%; superação de obstáculos - 10%; interesse e empenho - 10%; autonomia - 10% = 50%) e respetivo relatório (qualidade técnica e científica do projeto – 15%; integração dos saberes - 10% = 25%).
 - b) Apresentação e defesa do projeto (capacidade de expressão – 5%; criatividade e inovação – 10%; Análise crítica do trabalho efetuado – 10% = 25%).
6. O diretor de curso fará chegar ao conselho pedagógico, depois de aprovados pelo coletivo dos professores da componente de formação técnica, os critérios de avaliação da PAP do respetivo curso, que serão sujeitos a aprovação e deverão respeitar a ponderação referida no ponto anterior bem como explicitar os parâmetros de avaliação e as respetivas ponderações.

Artigo 11.º

Publicitação das Classificações

1. A classificação obtida pelo aluno formando na PAP, será afixada em local público, nos dois dias úteis subsequentes à apresentação do projeto.

Artigo 12.º

Disposições Finais

1. Tudo o que for omissa neste Regulamento rege-se pelo Regulamento Interno da Escola e demais legislação em vigor.
2. O presente Regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.